



Concursos públicos ficam desertos, porquê?



PCN

**Manuel Reis
Campos**

Presidente da AICCOPN

Os concursos ficam desertos e este é um tema recorrente. Está em causa não só o desperdício de recursos públicos mas, sobretudo, o atraso no início e na conclusão de projetos que são essenciais ao bem-estar e desenvolvimento e ao reforço da coesão territorial, provocado por uma distorção de preços que devem ser unicamente produzidos por um mercado concorrencial.

Recorde-se que falamos de uma lei que já existe há mais de 10 anos – o Código dos Contratos Públicos – e que sempre defendemos que o preço-base deveria ser apenas uma estimativa,

não um fator de exclusão das propostas. As alterações introduzidas a esta lei, no início de 2018, ficaram a meio caminho e foram uma oportunidade desperdiçada para adequar a legislação à realidade.

Se, nos últimos anos, as empresas, para manter as respetivas carteiras de encomendas, se viam compelidas a apresentar propostas que lhes permitissem evitar a exclusão, hoje, dado o desenvolvimento verificado ao nível do mercado de obras particulares, os concursos ficam desertos, evidenciando assim a suborçamentação do custo das empreitadas de obras públicas. Ou seja, os preços-base da generalidade dos concursos revelam-se “anormalmente baixos”.

Ora, os concursos de obras públicas e os preços têm de ser creíveis, transparentes e adequados à realidade. E esta é uma necessidade sentida não apenas em Portugal. Em diversos países co-

munitários, foram criadas bases de dados de preços de referência, tendo por objetivo gerar os elementos necessários ao lançamento de uma obra, incluindo a estimativa orçamental, medições detalhadas e mapa de trabalhos e quantidades.

Num momento em que o investimento público está a níveis de há 30 anos, há que criar condições para que o mercado se possa desenvolver com normalidade. O Código dos Contratos Públicos tem de estar adaptado ao mercado e ao serviço do interesse público.

Esta é uma situação com a qual ninguém ganha. O Estado e os donos de obra são prejudicados, porque não executam os projetos que têm programados e calendarizados. Em simultâneo, as empresas perdem oportunidades de trabalho. E, por fim, as populações deixam de usufruir de equipamentos que lhes estão destinados. Por isso, questiono: porquê manter esta regra?